



**ACÓRDÃO Nº 1116/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 11353/2018.**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual

**3- Órgão:** Companhia de Saneamento do Amazonas - COSAMA

**4- Exercício:** 2017

**5- Responsável:** Manoel Henrique Ribeiro (Ordenador de Despesa), Heraldo Beleza da Camara (Ordenador de Despesa)

**6- Advogado:** Não Possui

**7- Unidade Técnica:** DICA

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5689/2019-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.

**9- Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Companhia de Saneamento do Amazonas - COSAMA. Exercício de 2017.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar regular com ressalvas** as Contas do **Sr. Heraldo Beleza da Camara**, Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Amazonas – COSAMA, exercício de 2017, nos termos do artigo 22, inciso II, da Lei nº 2.423/1996-LOTCE/AM c/c 188, inciso II; §1º, inciso II, estes da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, em razão das impropriedades consideradas não sanadas;

**10.2. Aplicar Multa** nos termos do voto-vista, proposta em sessão pelo Conselheiro Mario José de Moraes Costa Filho, valor de **R\$ 1.706,80** ao **Sr. Heraldo Beleza da Camara**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, nos termos do artigo 53, parágrafo único, da LOTCE/AM combinada com o artigo 308, inciso VII, do RITCE/AM, em razão das impropriedades consideradas não sanadas: i) ausência de controle



**ACÓRDÃO Nº 1116/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

interno; *ii*) ausência de inventário do estoque de materiais existentes no final do exercício; *iii*) ausência de levantamento periódico geral dos bens móveis e imóveis com base no inventário analítico e na escrituração da contabilidade; *iv*) inexistência de sistema de controle do uso dos veículos destinados ao Diretor-Presidente e à Diretora-Administrativa; *v*) ausência de indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica pela qual correrá a despesa; Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

**10.3. Dar ciência da presente decisão ao Sr. Heraldo Beleza da Camara;**

**10.4. Dar ciência da presente decisão à Companhia de Saneamento do Amazonas - Cosama.**

**11- Ata:** 38ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 4 de Novembro de 2019

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mario José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Luiz Henrique Pereira Mendes.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**  
Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral